SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/11/2015 - Instituto Telecom

Dilma destaca multissetorialismo e critica modelo atual da ICANN

O governo brasileiro defendeu a promoção do modelo multissetorial e multilateral para a governança de Internet durante cerimônia de abertura do Fórum de Governança de Internet (IGF 2015) nesta terça, 10, em João Pessoa, mas também apresentou críticas. Em participação por mensagem gravada em vídeo, a presidenta Dilma Rousseff destacou que problemas diferentes requerem abordagens distintas, por vezes complementares. "Não há oposição entre multissetorialismo e multilateralismo", disse. Ela também se refere à proposta de globalização da Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN). "É um desafio importante que temos à nossa frente: a conclusão do processo de reforma do sistema de supervisão de funções centrais da Internet", declara.

Ela criticou o modelo atual da ICANN. "Na Internet, submeter acordos intergovernamentais que excluem outros setores não seria democrático e nem aceitável", disse. A presidenta acredita que a mudança para o modelo novo, promovida pela própria entidade, resultará em uma estrutura de natureza global que, enfim, poderá responder às demandas e expectativas da comunidade, bem como ter responsabilidade por suas ações. "Neste caso, todos os países deveriam ter possibilidade em tomar parte igual e em condições iguais, sem ter apenas um País ou pequeno grupo de países tendo prioridade acima de outros."

Dilma lembrou da experiência bem sucedida com o modelo multissetorial e pluriparticipativo implantado pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br) e com a realização do NetMundial em 2014, em São Paulo, e que "ajudaram a melhorar o Marco Civil da Internet". "Isso só é possível em um cenário que respeite os direitos humanos, liberdade de expressão, neutralidade de rede, diversidade, universalidade, segurança e, assim, proteção da privacidade."

O ministro das Comunicações, André Figueiredo, manteve o discurso do governo e diz que é necessário achar mecanismos para fortalecer a abordagem multistakeholder. Ele citou indiretamente a análise das exceções à neutralidade, ponto ainda à espera da regulamentação no Marco Civil. "O dinamismo e a habilidade de mudar da Internet trazem pontos sólidos em como preservar a neutralidade de rede, que modelos de negócios podem trazer benefícios ou danos à Internet", disse ele durante a abertura.

10/11/2015 - Instituto Telecom

Teles já controlam 20% dos assinantes de TV paga no mundo, diz Ovum

As operadoras de telecomunicações devem chegar ao final deste ano como controladoras de 177 milhões de assinantes de TV paga no mundo, o que equivale a 19% da base global de pay TV, segundo estimativas da empresa de pesquisa Ovum divulgadas nesta terça, 11. No ano passado, as teles tinham 140 milhões de clientes de TV por assinatura.

O crescimento médio estimado pela Ovum para o negócio de TV por assinatura pelas teles tradicionais é de 4% ao ano até 2020, o que deve elevar o mercado total a 210,4 milhões de clientes, contra um crescimento médio de 2% no mercado de operações de cabo e DTH sem vínculo com empresas de telecomunicações. Esse número já inclui a recente aquisição da DirecTV pela AT&T e as aquisições da Telefónica na Europa e Brasil (GVT).

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/11/2015 - Instituto Telecom

Internet.org e zero-rating são alvo de críticas

O projeto de universalização de acesso do Facebook, o Internet.org, foi um dos principais alvos de críticas durante o primeiro dia do Fórum de Governança da Internet (IGF 2015) nesta terça, 10. Além de ser tema de protestos de entidades da sociedade civil – e que foram repreendidos pela segurança da ONU, que organiza o evento – durante discurso do ministro das Comunicações, André Figueiredo, na cerimônia de abertura, a iniciativa foi rechaçada mesmo em debates mais abrangentes por representantes de entidades de diversos países.

Um dos ataques mais pontuais foi da representante do Software Freedom Law Center, Mishi Choudhary, que afirmou que os acesso da plataforma Free Basic Services, do Internet.org, não é gratuito de verdade. Ela diz que há roteamento de tráfego pelo serviço "para que as identidades dos usuários possam ser monitoradas" e que o acesso se trata apenas de uma versão reduzida da "Internet real". Mishi chama atenção ainda que é possível estratégias múltiplas, e que o Facebook deveria reconsiderar sua abordagem após as críticas. "Apenas deixe para lá as estratégias ruins e pegue as boas", aconselha. "Temos uma tele na Índia oferecendo Internet inteira – sim, é limitada, mas é na velocidade, que é onde se pode mexer", exemplifica.

Helani Galpaya, do coletivo asiático de políticas e regulações LIRNEasia, destaca que modelos de acesso zero-rating são "possivelmente acordos de mercado de curto prazo". "O perigo é pensar que todo mundo está usando o pré-básico e em algo do tipo '.org' e estamos prontos. Não estamos, precisamos ter acesso à Internet real e inteira", declarou.

O diretor de políticas públicas e relações governamentais do Facebook para o Cone Sul, Martín Waserman, se defende ao destacar as várias abordagens do Internet.org na massificação do acesso, como projetos com banda larga via satélite, drone e com redes Wi-Fi. Quanto ao Free Basic Services, ele explica que é um ponta-pé para "uma Internet maior". "Não há objetivo de deixar os usuários dentro dele (do serviço)", argumenta. O argentino declara que 50% das pessoas que usam o Free Basic Services pagam por acesso a um plano de dados pela primeira vez. Ele diz também que a companhia escuta as reclamações e faz "mudanças substanciais", como a conexão entre cliente e website de forma criptografada e a abertura do programa para parcerias com qualquer operadora.

Naturalmente, é uma opinião compartilhada por Juan Jung, da Associação de Empresas de Telecomunicações Ibero-americanas (Ahciet), que advoga a favor de modelos comerciais mais flexíveis para as operadoras. "O zero-rating pode nos ajudar a conectar o próximo bilhão de pessoas e não contradiz princípios da Internet, a liberdade de escolha, informações confiáveis, e não estamos distorcendo a competição", justifica.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/11/2015 - CUT

Projeto privatista ameaça estatais com estatuto comum

Texto prevê que empresas públicas se tornem S.A. Audiência pública, dia 12, discutirá o tema

Podendo ser votado a qualquer momento no Senado, o PLS 555/15, conhecido como "Estatuto das Estatais", representa uma ameaça a empresas públicas, como a Caixa Econômica, a Petrobras, o BNDES e o Correios. Alegando prezar pela "transparência" nas gestões, o projeto determina que "empresas públicas e sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima".

No DNA do PLS 555, está o PSDB. O Estatuto das Estatais é um substitutivo ao PL 167/2015, do senador Tasso Jereissati (PSDB), e uma referência ao PLS 343/2015, do também senador Aécio Neves (PSDB). A formulação do projeto é coerente com a tradição privatista dos tucanos, que fizeram dos anos 90 a década das privatizações no Brasil. Um anteprojeto apresentado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Para discutir o projeto com os parlamentares, foi chamada uma audiência pública para a próxima quinta-feira (12), no Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal, das 13h até 18h. Participarão do encontro, centrais sindicais, movimentos sociais, parlamentares e trabalhadores dos Conselhos de Administração.

Pretexto para privatizar

Caso seja aprovado, o PLS 555 estabelece o mesmo estatuto para empresas públicas municipais, estaduais e federais. A medida foi encarada com ceticismo por Maria Rita Serrano, diretora do Sindicato dos Bancários do ABC.

"São empresas de porte, competência e gestões completamente diferentes. Não há como estabelecer um estatuto padrão entre essas empresas", alerta Maria Rita, para quem há desejos subjetivados de privatização, no texto da lei. "Ao obrigar todas as empresas a se tornarem S.A. (Sociedade Anônima), fica evidente, por exemplo, que os nossos únicos bancos públicos, a Caixa e o BNDES, deixariam de ser."

O secretário adjunto de Relações do Trabalho da CUT, Pedro Armengol, também criticou o projeto. "O que eles querem é privatizar tudo. Estamos diante de uma ameaça à soberania nacional e temos que lutar contra isso. Os trabalhadores de estatais não querem esse estatuto e precisam ser escutados", apontou o dirigente cutista.

O projeto prevê que o Conselho Administrativo das estatais deve ter a presença de 20% de conselheiros "independentes". Porém, o texto não explica de quem o conselheiro deve ser independente, oferecendo uma margem generosa para interpretações. "Sabemos que é uma forma de inserir nas estatais pessoas que representem o mercado, que represente os grupos econômicos", explica Maria Rita.

O motor propulsor que embala o projeto, segundo Maria Rita, é a mídia. "O discurso da imprensa, a imagem vendida por eles, é que a privatização pode moralizar a gestão. Dessa forma, amparado nisso, o Senado aprovou o pedido de urgência na tramitação desse PL absurdo."

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/11/2015 - Rede Brasil Atual

Minha Casa, Minha Vida beneficia vítimas de enchentes no Rio e Espírito Santo

"A nossa proposta era reconstruir as vidas das pessoas, garantindo que tivessem acesso à casa própria", disse a presidenta Dilma, em cerimônia de entrega

Vítimas das chuvas que atingiram em janeiro de 2011 a região serrana do Rio de Janeiro e do Espírito Santo receberam 1.799 moradias do programa Minha Casa Minha Vida. A presidenta Dilma Rousseff, acompanhada do governador Luiz Fernando Pezão (PMDB-RJ), participou de cerimônia realizada na cidade de Nova Friburgo (RJ), com a entrega de 300 apartamentos.

Ainda no Rio de Janeiro, as cidades de Duque de Caxias e São Gonçalo receberam 215 casas e 280 apartamentos, respectivamente. No Espirito Santo, 1.004 casas foram entregues na cidade de São Mateus. As fortes chuvas que atingiram a região em 2011 deixaram mais de 900 mortos e centenas de feridos.

Em seu discurso, a presidenta recordou que esteve no local quatro anos antes para dar suporte aos atingidos pela tragédia. "Assisti cenas de grande solidariedade. Pessoas que tinham perdido familiares, imersas em extrema dor, cenas comoventes. A nossa proposta era reconstruir as vidas das pessoas, melhorando a situação, garantindo que tivessem acesso à casa própria", afirmou, sobre a importância do programa na região.

A agente comunitária de saúde Marcela Aparecida Schenel Barbosa, que perdeu a casa no desastre de 2011 e, agora recebe uma das unidades do Minha Casa, Minha Vida, ressaltou as marcas deixadas pelo ocorrido. "Não dá para esquecer de uma tragédia como a de Nova Friburgo nunca. Agora é acreditar em uma vida nova (…) onde há vida, há esperança."

A presidenta ainda garantiu a continuidade do Bolsa Família para os presentes no ato de entrega das moradias. "Nós continuaremos a garantir recursos para as famílias que menos têm no nosso país", afirmou.

Outra moradora da região, Marinês Soares, que teve sua casa condenada após as chuvas, fala em recomeço. "Agora me vejo na possibilidade de ir arrumando um novo lar. Então, não tenho como explicar, eu vejo um grande recomeço, eu vejo um grande futuro."

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/11/2015 - Vermelho

MP diz que rompimento de barragem da Vale foi "erro e negligência"

Um tsunami de lama tóxica. Assim descrevem as pessoas vítimas do rompimento de duas barreiras de contenção de rejeitos da mineradora Samarco, de propriedade da Vale, ocorrido na última quinta-feira (5) na região de Mariana, em Minas Gerais, devastando o distrito de Bento Rodrigues, na zona rural do município.

Segundo o Corpo de Bombeiros, três mortes foram confirmadas, mas há 24 pessoas desaparecidas e mais de 600 pessoas estão desabrigadas e alojadas no ginásio da cidade e em hotéis.

Na madrugada desde terça (10), a onda de lama chegou ao município de Colatina, no noroeste do Espírito Santo, tendo já passado pelo Rio Gualaxo do Norte, pelo Rio do Carmo e agora está se deslocando ao longo da calha do Rio Doce. De acordo com técnicos, a previsão é de que nesta quarta (11) chegue a Linhares.

De acordo com o Ministério Público (MP), não se trata de um acidente. A mineradora Samarco – controlada pela Vale e a BHP Billiton, empresa anglo-australiana e considerada a maior empresa de mineração do mundo – seriam responsáveis e, portanto, não se trata de uma fatalidade, mas de crime ambiental.

Segundo o MP, havia risco de rompimento das barragens. "Não foi acidente. Não foi fatalidade. O que houve foi um erro na operação e negligência no monitoramento", disse o promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto.

A mineradora é a 10ª maior exportadora do país. No ano passado faturou R$ 7,6 bilhões, sendo de R$ 2,8 bilhões de lucro líquido. No entanto, todo esse montante não garantiu os investimentos em uma simples sirene para alertar trabalhadores e a população da ruptura das barragens.

Segundo o Núcleo de Combate a Crimes Ambientais do Ministério Público de Minas Gerais, a Samarco descumpriu as regras de licenciamento. A empresa, por sua vez, não se manifestou sobre as declarações do MP, apenas se limitou a informar que todos os procedimentos de segurança foram cumpridos.

O governo de Minas Gerais embargou todas atividades da mineradora na região do acidente. A empresa não poderá operar até que repare todos os danos causados pelo rompimento das barragens.

Nesta terça, a empresa anunciou a licença remunerada de 85% de seus 3.000 trabalhadores da unidade de Germano (MG), onde ocorreu o rompimento das barragens, e Ubu (ES), onde funciona a usina.

Até agora, a empresa não apresentou um plano de reparação e monitoramento dos danos. O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) já acionou a Samarco para que distribua água e monitore o Rio Doce no Espírito Santo.